

- XCIII -**PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS
BRASILEIRAS**

Francisco Carlos de Oliveira – IFMT/UCDB

f.oliveira17@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este ensaio é parte de uma dissertação de mestrado em andamento. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, busca-se entender o papel das políticas públicas educacionais brasileiras, na visão de diversos autores.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que as políticas públicas podem ser compreendidas como “[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p.1). Todavia, este entendimento varia de acordo com concepção política e de democracia de cada governo. No caso das políticas sociais, a depender do governo que assume o poder, poderá buscar universalizar os direitos sociais expressos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988: “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”, ou “como compensação aos desajustes da supremacia do capital, o que, ao mesmo tempo, garante sua reprodução e legitimação [...]” (TEIXEIRA, 2002, p.4). Desta forma, a escolha das políticas públicas revela a proteção social que será dada ao cidadão.

DESENVOLVIMENTO

A política pública, na análise de Azevedo (2002), precisa examinar as ações e o processo de desenvolvimento de programas e projetos para as políticas públicas

educacionais, que precisam questionar as ações e responsabilidade do governo, uma vez que a existência dessas políticas está intrinsecamente relacionada com a redução das desigualdades. A abordagem neoliberal não questiona essa responsabilidade, não questiona o papel do poder público na garantia do acesso de todos à educação básica, concentra-se em “[...] instigar a competição e o aquecimento do mercado, dividindo as responsabilidades com a educação entre os poderes públicos e o setor privado” (AZEVEDO, 2002, p. 15).

Para a autora (2002), os grandes problemas que cercam a educação do nosso país como prática social ocorrem devido a políticas inadequadas. Ingressamos em um novo milênio com novas demandas de formação e de conhecimento devido às mudanças sociais em curso, e não temos sequer assegurado o direito a uma escolarização fundamental de qualidade à maioria da população, piorando ainda mais os níveis de desigualdade há tanto tempo presentes entre nós.

Outra autora, Neves (1991), discute os vínculos entre educação e política, expondo as principais determinações do fenômeno educacional enquanto política social específica. Para a autora (1991), a produção capitalista, ao aumentar os graus de exploração da força de trabalho (trabalho humano utilizado no processo de produção) eleva a massa de trabalhadores assalariados, utilizando-se de métodos produtores de mais valia relativa (intensificação da produção/reprodução, cada vez mais, em menos tempo).

Desse modo, os sistemas educacionais respondem de forma específica às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que se consubstanciam numa demanda popular efetiva de acesso ao saber socialmente produzido. Nesta perspectiva, a educação baseia-se nas necessidades do capital, ou seja, em primeiro plano, a educação objetiva garantir uma maior valorização do capital. Com a inclusão da ciência nas relações de produção, modificou-se a forma de extração de mais-valia (trabalho não pago ao trabalhador) e a exploração do trabalho. Embora estes dois elementos sejam importantes, são insuficientes para explicar as especificidades do sistema educacional na atualidade que, segundo a autora (NEVES, 1991, p.17), “[...] deve ser buscada nas repercussões econômicas e político-sociais das aplicações diretamente produtivas da ciência no processo produtivo de trabalho sob o sistema de máquinas”.

Teixeira (2002) traz uma conceituação e delimitação de políticas públicas em relação à sua abrangência em termos de esfera de poder político (nos níveis federal, estadual, municipal) e de conteúdo temático (política econômica, social, saúde, educação, assistência social etc.). As políticas públicas, conforme o autor (2002), têm como finalidade atender as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade. Essas demandas

influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil, por meio da pressão e mobilização social, visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.

É necessário definir quem decide o que, quando, com que consequências e para quem, pois há uma distinção entre “Políticas Públicas” e “Políticas Governamentais”. Essas definições estão relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente (TEIXEIRA, 2002).

Saviani (1999) discorre sobre sistema de ensino e plano de educação, como dois conceitos, que resultam da atividade sistematizada com o objetivo de realizar determinadas finalidades, com ação planejada e significativa articulando os vários elementos educacionais necessários para a população à qual é destinada. Segundo Saviani, sistema é uma unidade de elementos intencionalmente reunidos, que estreita a relação entre sistema de educação e plano de educação.

De acordo com o autor (1999), o Estado Novo que veio com a Reforma Capanema sentia a necessidade de fixar, em lei, todos os detalhes da atividade educacional, dos conteúdos dos currículos até horários de aula, passando pelas taxas que eram cobradas aos alunos. O grande ideal era repetir no Brasil o orgulho de saber a cada momento o que estavam ensinando os professores, em qualquer parte do Brasil.

Além disso, o conteúdo do ensino também deveria ser estipulado por lei e sua manifestação ser concretizada em instituições-modelo; as instituições de ensino não poderiam crescer aos poucos e ir definindo seus objetivos ao longo do tempo, mais inaceitável seria a ideia de que elas pudessem evoluir segundo formatos, modelos e conteúdos distintos, não existia lugar para incrementalismo e muito menos para pluralismo.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, vimos que as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração, implantação e em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão. Atender as demandas dos setores marginalizados da sociedade deve ser o principal objetivo das políticas públicas.

Entende-se que a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas e é essencialmente uma prática social que está presente em diferentes espaços e

momentos da produção da vida social. Toma-se aqui, como referência, a Qualidade da Educação, compreendida como fenômeno complexo que deve ser abordada a partir de várias perspectivas que assegurem dimensões comuns. Constatase que políticas inadequadas que cercam a educação do nosso país como prática social geram grandes problemas.

Pôde-se verificar ainda, que as concepções de políticas públicas, discorridas pelos autores, são pertinentes com a dissertação de Mestrado em andamento; “PROJETO ESCOLA PLENA: A CONCEPÇÃO DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO (2017-2018)”, uma vez que o referido Objeto de Pesquisa faz parte de um Programa de Política Pública Educacional do Governo do Estado de Mato Grosso, vinculado a uma Política Pública Educacional do Governo Federal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 56) 78p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

NEVES, Lúcia Wanderley. **A educação e política no Brasil hoje**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 119-136, dez. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 fev. 2019.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade. **Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia**, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf, acesso em 10 fev. 2019.